

10.4025/6cih.pphuem.411

As fronteiras de um saber: identidade e alteridade na escrita etnográfica do IHGB no início do século XX

Breno Sabino Leite de Souza (UNESP-Assis)¹

Publicado em dois volumes no ano de 1922, o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* foi um empreendimento editorial realizado como parte das comemorações ao centenário da independência do país pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, assim como o *I Congresso Internacional de História da América*. Ao contrário do Congresso que teve como intuito discutir o Brasil e a América - inclusive com a participação de delegações e estudiosos de diversos países do continente - o *Dicionário* objetivou a construção de uma obra capaz de oferecer um panorama completo sobre o Brasil.

Maria Lúcia Paschoal Guimarães que estudou a publicação do *Dicionário* dentro de um contexto de empreendimentos realizados pelo IHGB no início do século XX, atribui à sua organização uma busca pela vulgarização do saber histórico com o objetivo de dar acesso ao público leigo um arcabouço básico que os *bons brasileiros* deveriam possuir sobre a pátria, que incluía o conhecimento dos limites e conformação do território nacional, da formação étnica e cultural do país e dos principais fatos e expoentes da história da nação. Essa preocupação insere-se em um momento que pode ser caracterizado como de efervescentes manifestações cívicas e de uma forte concepção nacionalista muito presente nas décadas de 1910 e 1920. (GUIMARÃES, 2007)

No primeiro volume, intitulado *Introdução Geral*, são apresentados 37 capítulos sobre o Brasil que seguem as divisões estabelecidas no título do mesmo: história, geografia e etnografia. Com artigos escritos por diferentes autores especialistas em cada aspecto proposto. A parte mais volumosa da obra é dedicada a questões históricas, nada mais natural se observamos a produção do próprio *Instituto*. Aos temas considerados etnográficos dois textos foram publicados: *Etnografia Indígena*, de Rodolfo Garcia; e *O Typo brasileiro: seus elementos*

formadores, de Oliveira Vianna. O segundo volume da obra segue uma divisão mais específica com o intuito de criar uma visão panorâmica sobre a nação. Os capítulos são os próprios estados do país, no entanto, como os demais volumes programados do *Dicionário* não foram publicados apenas alguns tiveram suas informações divulgadas.

Proposto por Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) e Max Fleiuss (1868-1943) em 1915, foi nomeada uma comissão que ficaria responsável pela realização do *Dicionário* dirigida por Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938) e que contou com diversos sócios do *Instituto*.² Interessante notar que o grupo envolvido na organização do empreendimento editorial era composto por nomes que organizaram o *I Congresso de História Nacional* em 1914 e organizariam o *I Congresso Internacional de História da América*, também em 1922.

Para que o objetivo fosse alcançado foram enviados formulários para autoridades políticas, intelectuais e eclesiásticas de todos os estados brasileiros com questionamentos dos três grandes eixos temáticos propostos. Dessa forma, o *Dicionário* teria um conteúdo com questões uniformes, formato que pode ser verificado em seu segundo volume. A ausência de alguns Estados, portanto, deve-se a uma dificuldade de reunir todas as informações recebidas pelo IHGB a tempo de compilá-los para a publicação, ao menos essa é a justificativa encontrada na *Introdução Geral*. (IHGB, 1922, p. VI)

Os formulários referentes à História e Geografia têm algumas características importantes para a compreensão da composição do *Dicionário*. No questionário histórico são privilegiadas perguntas que aferem fatos políticos e administrativos locais e a sua relação com personagens de relevo da região. O período de abrangência cobre o século comemorado, ou seja, o conteúdo foi essencialmente dedicado aos anos de 1822-1922, embora não exclusivamente. Quanto à Geografia uma série de questões foi realizada sobre aspectos físicos da localidade, como: território, relevo, clima, recursos naturais e hídricos. Mas as questões formuladas abrangem características referentes ao funcionamento das cidades e regiões ao preocupar-se com as atividades econômicas desenvolvidas por sua população e a estrutura pública municipal. Cabe notar que mesmo com a existência de um

questionário destinado exclusivamente à etnografia algumas questões tipicamente pertencentes a este conhecimento poderiam ser realizadas em outras seções, temos como exemplo uma pergunta realizada para Geografia: “Há índios? Quantos, quais e em que estado de civilização? Onde?” (GUIMARÃES,)

Para este trabalho o formulário mais importante é aquele que foi pensado para a Etnografia, a partir dele é possível observar algumas delimitações realizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no sentido de definir uma pauta de pesquisa para a área.

Quadro Etnografia (GUIMARÃES, 2007, 239-240)

- | | |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. Que elementos predominam na população desse município? Índios, brancos, negros ou mestiços? De que natureza? Caboclos, cafusos, mulatos, etc.2. Existe aí algum tipo local interessante derivado do cruzamento?3. Quais os principais caracteres físicos da população? (altura, cor dos cabelos, dos olhos, da pele, proporções do corpo?)4. Existem doenças locais?5. Há muitos casamentos consangüíneos?6. Há muitos aleijados de nascença, loucos, degenerados?7. Existem alguns hábitos de nutrição especiais ao município (uso do guaraná, do café, abuso do fumo, etc)?8. Que há de característico na habitação, na alimentação, no vestuário, na indústria, na arte, na religião, nos costumes e nos usos desse município? | <ol style="list-style-type: none">9. Quais são os objetos e utensílios próprios desse lugar? Como são feitos e para que servem?10. É possível enviar um desenho ou modelo dos principais?11. Existem nesse município jazidas de restos humanos antigos? (ossos, etc.)12. Encontram-se aí utensílios, artefatos ou quaisquer vestígios de populações pré-históricas (machados de pedra, urnas de barro, sambaquis)?13. Existem índios nesse município?14. Qual o nome das tribos aí existentes?15. Tem denominação especial a localidade em que estão as aldeias?16. Qual a área aproximada dos territórios por ela ocupados?17. Queira responder em relação a elas, enviando informações idênticas e, mais, vocabulários |
|---|--|

As informações solicitadas pelo IHGB para compor sua seção de Etnografia são características do tipo de estudo que era realizado naquele início de século e das preocupações que ocupavam intelectuais envolvidos com a interpretação do Brasil e de sua população. Desde a virada do século houve um direcionamento das pesquisas e reflexões para o interior do país, é o caso do livro *Os Sertões* publicado originalmente em 1902 por Euclides da Cunha e que se tornou modelo para aqueles

que se dedicaram às questões ligadas aos debates sobre a identidade do país e de seus habitantes.

Ricardo Ventura dos Santos afirma que a obra de Euclides da Cunha pode ser vista como paradigmática no início do século XX e de grande importância para os estudos realizados no período, incluindo o grupo médico antropológico do Museu Nacional. Os *Sertões* evidencia a distancia entre litoral e o interior, se no primeiro encontrava-se uma civilização de empréstimo, nos sertões do país estavam as populações que comporiam a base da nação. As análises euclidianas foram realizadas a partir de uma visão determinista da raça e do meio físico sobre a formação de um tipo sertanejo habitante do Brasil, chegando a conclusão de que essas populações eram inferiores em decorrência da mestiçagem da qual eram resultantes. Em suma, o livro recebeu recepções favoráveis e contrárias, transformando-se em referencia para pesquisas sobre populações e um dos marcos do início de uma agenda que privilegiou a busca pela compreensão de tipos formados por mestiçagens no país. (SANTOS, 2008)

Os primeiros pontos mostram indagações próprias de uma perspectiva da antropologia física, como pode ser atestado pelo pedido de informações relacionadas à altura, cor dos cabelos, dos olhos, da pele e das proporções do corpo. Em conjunto com tais características são requeridos dados sobre cruzamentos, doenças, casamentos consanguíneos, aleijados de nascença, loucos, degenerados e viciados. Essas preocupações coadunaram com o entendimento de que a miscigenação era negativa para o desenvolvimento da população nacional ou, que ao menos, deveria ser observada e pesquisada detalhadamente. Durante as primeiras décadas do século passado o debate em torno desta questão foi comum entre cientistas e intelectuais, muitos deles tomando posições que ficaram conhecidas sob o termo de Eugenia. A partir do entendimento de que características físicas inerentes as raças humanas tornavam os seres diferentes entre si, criou-se a ideia de que o nível de evolução de cada uma dessas raças seria determinado por tais caracteres. Assim convencionou-se a existência de uma escala evolutiva onde de um lado estariam aqueles considerados civilizados e de outro os selvagens ou primitivos. No Brasil, a compreensão da constituição étnica de seus habitantes tornou-se central em um contexto de debates que buscavam diagnosticar os

problemas do país objetivando seu desenvolvimento e progresso que lhe garantisse um lugar ao lado das sociedades consideradas civilizadas.

Edgard Roquette-Pinto, que participou da organização da publicação e também teve importância destacada ao desempenhar o papel de presidente das seções de etnografia do *I Congresso de História Nacional* (1914) e *I Congresso Internacional de História da América* (1922) assumiu nos anos de 1910-1920 uma posição contrária a da maioria dos eugenistas, que viam na miscigenação racial motivos de degeneração do mestiço resultante. Cabe aqui lembrar mais uma vez de *Os Sertões* que com um olhar determinista também tinha uma posição negativa em relação ao tema. Roquette-Pinto por sua vez, acreditava que a questão racial não era o problema da degeneração do mestiço brasileiro, mas sim das situações sociais em que vivia: doenças, alimentação, educação seriam as causas do atraso destas populações. Preocupado nesse momento em dialogar com os estudos sobre mestiçagem, Roquette-Pinto desenvolvia pesquisas com intuito de demonstrar que os tipos surgidos a partir dela não eram degenerados por esse motivo incentivando a discussão sobre o tema nos eventos e publicações promovidos pelo IHGB.

Os demais pontos do questionário são dedicados ao outro grande tema que compunha a escrita etnográfica: os indígenas. A etnografia indígena teve espaço nas reflexões desenvolvidas no *Instituto* desde sua fundação em 1838, na realidade teve destaque no discurso construído sobre a nação ao longo do oitocentos que na busca da definição de uma identidade nacional elegeu o indígena como seu outro. (GUIMARÃES, 1988) Kaori Kodama e Rodrigo Turin dedicaram-se ao estudo do discurso etnográfico no IHGB no século XIX chegando a conclusões semelhantes sobre o papel desempenhado pela disciplina: “Com a criação de uma alteridade presente no território nacional, esses homens procuraram vinculá-la de maneira particular à história nacional e a um ideal sobre a composição dos futuros cidadãos do Império” (KODAMA, 2009, 14),

Portanto, na própria constituição da centralidade da História dentro de um regime moderno de historicidade, surge esse discurso outro, como em um espelho, simétrico e inverso, que se ocupará por excelência do “selvagem”, do “primitivo”, e mesmo do “popular”,

instituindo-os como objetos. Essa partilha, fundada na consolidação de um mesmo espaço de saber, acabaria por se mostrar, todavia, uma partilha ilusória, pois o objetivo primeiro do discurso etnográfico era, justamente, trazer o outro para o mesmo, enquadrá-lo, ainda que por vias indiretas, num mesmo plano de inteligibilidade que é o discurso histórico. (TURIN, 2009, 14-15)

Essas duas grandes divisões apresentadas no formulário entre etnografia indígena e uma preocupação voltada à mestiçagem e formação de tipos brasileiros são repetidas nos artigos publicados. O primeiro teve como autor Rodolfo Garcia e sob o título de *Etnografia Indígena* realizou uma grande síntese dos estudos produzidos até aquele momento sobre o tema. Enquanto que Oliveira Vianna dedicou-se exatamente a discutir a questão da formação étnica de um tipo brasileiro no artigo *O Typo brasileiro: seus elementos formadores*.

Rodolfo Garcia inicia seu texto abordando historicamente a chegada dos europeus ao continente e seus primeiros contatos com os indígenas. Destes primeiros anos, segundo o autor, surgiu a primeira classificação das tribos do Brasil que dividia as diversas nações em dois grandes grupos: os Tupis que eram aqueles que aos olhos dos portugueses falavam a língua brasileira, uma vez que a consideravam com poucas variações e ocupavam praticamente todo o território litorâneo do país; e os Tapuias, que eram os habitantes dos sertões que falavam línguas diferentes entre si.

Para Garcia, essa classificação é redutora em muitos aspectos por reunir grupos muito grandes sob uma mesma categoria, principalmente no caso dos Tapuias que para ele constituíam tribos muito heterogêneas entre si e por esse olhar eram definidas apenas por não serem Tupis. A forma mais apropriada de classificar os grupos indígenas seria a lingüística, pois, a partir do conhecimento da estrutura gramatical de cada língua poderia ser feita uma comparação entre as tribos. Nesse sentido afirma que foi Karl von Martius quem ofereceu os primeiros delineamentos para a construção de uma etnografia brasileira. Embora reconheça Martius como o primeiro a conseguir propor uma divisão satisfatória dos indígenas do país, Rodolfo Garcia argumenta que ele deve ser revisto após as pesquisas realizadas por Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich. Por fim, Rodolfo Garcia

organiza seu texto a partir do sistema que elegeu como o mais adequado que dividia os índios em nove grupos e diversos subgrupos.³

Oliveira Vianna elege como tema de sua reflexão em *O typo brasileiro: seus elementos formadores* a questão das raças e da miscigenação entre estas no Brasil. Seu argumento tem início com a posição de que politicamente a questão étnica é um problema de extrema simplicidade, pois não existiria diferenciação nas leis brasileiras sobre o assunto. Em suas palavras, “Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas tres raças, todos têm aqui as mesmas oportunidades economicas, as mesmas oportunidades sociaes, as mesmas oportunidades políticas”.(VIANNA, 1922, 277) No entanto, se para Vianna o problema étnico era simples do ponto de vista político, quando observado pela ciência adquiria uma complexidade desconcertante, se transformando em um objeto de pesquisas e discussões para a Antropologia, Etnologia e Antroposociologia.

A complexidade da questão estava, segundo o autor, no fato dos elementos étnicos que compunham a formação do Brasil não pertencerem ao mesmo ramo como no caso europeu, que embora tivesse subdivisões todos pertenciam à ramificação ariana. No Brasil, as três raças formadoras eram de ramos diferentes e duas dessas exóticas, fato que ainda gerava problemas de adaptação ao meio. E por fim – ao contrário do caso norte-americano onde, afirmava Oliveira Vianna, as raças se mantiveram isoladas e infusíveis – no Brasil a miscigenação ocorreu entre as raças “duas a duas, tres a tres e recruzam-se até o infinito”(VIANNA, 1922, 277) formando uma grande variedade de tipos étnicos.

Essa multiplicidade de typos anthropologicos, oriundos da mestiçagem de raças tão diversas, torna, por seu turno, extremamente ardua a fixação do nosso typo nacional. Como essas diversas raças não se distribuem igualmente e nas mesmas proporções pelo nosso territorio e, muito ao contrario, se concentram mais intensamente neste ou naquelle ponto, os typos ethnicos regionaes reflectem essa diversidade de coeficientes de caldeamento e accentuam mais este ou aquelle attributo anthropologico, conforme o grupo ethnico preponderante na sua formação. (VIANNA, 1922, 277)

Somado à complexidade dos tipos antropológicos Vianna diz ser necessário acrescentar a complexidade dos tipos psicológicos. Cada raça possuiria uma característica psicológica inerente, segundo sua concepção: o indígena como selvagem, o negro como bárbaro e o branco como civilizado. Todas as questões inerentes às raças faziam necessário uma preocupação eugênica de avaliação “da maior ou menos potencialidade ascensional dos seus elementos inferiores” e da “contribuição que cada uma dessas raças tem trazido à nossa civilização e a nossa história, etc”. (VIANNA, 1922, 277)

É impossível, pois, estabelecer, de uma maneira precisa, os característicos do typo anthropologico do brasileiro. Brasileiro é o negro; brasileiro é o indio; brasileiro é o branco das diversas raças aqui confluentes; brasileiro é o mestiço indo-arico, é o mestiço afro-arico, é o mestiço indo-negro; é o mameluco, é o mulato, é o cafuzo. Cada qual desses typos, ou puro ou cruzado, apresenta uma incomparável variedade somatologica: qual delles representará o nosso typo anthropologico nacional? Todos elles e nenhum delles; dahi a impossibilidade de um typo unico. (VIANNA, 1922, 280)

Apesar da preocupação demonstrada pelo autor na desigualdade da distribuição dos tipos pelo território, pois, existiriam subdivisões e diferenças internas das raças que gerariam por sua vez uma multiplicidade ainda maior de tipos com a miscigenação. Acreditava que o sentido da evolução étnica do povo brasileiro era “arianizante”: “tudo parece indicar que o futuro typo anthropologico do brasileiro será o ariano modelado pelos trópicos, isto é, o ariano vestido com aquillo que alguém chamou a libré do clima”. (VIANNA, 1922, 281) Embora afirmasse ser impossível estabelecer as características de um tipo brasileiro, Oliveira Vianna enxergava o elemento ariano como aglutinador de uma unidade nacional étnica. Maria Stella Bresciani argumenta que Oliveira Vianna em sua obra, formulava a intenção de:

[...] mesmo reconhecendo as diversidades regionais, integrá-las em uma unidade, propondo apagar ou minimizar as diferenças entre as várias correntes de população que vivem em território brasileiro, construindo um denominador comum da identidade e da unidade nacional. (BRESCIANI, 2007, 170)

A etnografia apresentada no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* delimitou em seus textos uma unidade do país e neste movimento definiu a alteridade da nação e da população desejada. Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá alertam que apesar da importância do debate racial não podemos “reduzir o debate sobre a questão nacional ao tema da ‘raça’”, pois, “o aspecto central a ser investigado dizia respeito à tentativa de compreender as principais características do que se convencionou chamar de ‘Brasil real’ e de promover uma articulação entre o processo de construção do Estado e o conhecimento e organização da sociedade”. (LIMA; SÁ, 2008, 69) Nesse sentido a questão racial teve um papel importante dentro deste debate mais amplo que dominou a pauta dos intelectuais no período, que pensavam o Brasil em termos de atraso e buscavam possibilidades de alçá-lo ao progresso e a civilização.

BIBLIOGRAFIA:

BRESCIANI, Maria Stella M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveria Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

GARCIA, Rodolfo. Etnografia indígena. In. *Dicionário, Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1922, v. 1, pp. 249-277.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro, RJ: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 5-27, 1988.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. *Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, pp. 57-86.

SANTOS, Ricardo Ventura. *Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Orgs.) *Antropologia brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, pp. 123-144.

TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VIANNA, Oliveira. *O typo brasileiro: seus elementos formadores*. In. *Dicionário, Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1922, v. 1, pp. 277-290.

¹ Aluno de mestrado do programa de pós-graduação em História da UNESP campus de Assis, onde desenvolve pesquisa intitulada "As fronteiras de um saber: escrita etnográfica no IHGB no início do século XX" com financiamento da CAPES e sob orientação da Dr^a Karina Anhezini de Araujo.

² Max Fleiüss Edgard Roquete Pinto Augusto Tavares de Lyra, Antônio F. de Sousa Pitanga, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Antonio Olyntho das Santos Pire, Aurelino de A. Leal, Laudelino Freire, Ernesto da Cunha de Araújo Vianna, Gastão Ruch, Basílio de Magalhães, José Cândido Guillobel, Antônio Coutinho Gomes Pereira, José Bernardino Bormann, Rodolfo Garcia e Fernando Nery. VI-VII.

³ Não é o objetivo deste texto discutir as classificações que foram feitas sobre os indígenas, mas apenas mostrar o caminho que Rodolfo Garcia partiu para realizar um balanço sobre a etnografia indígena.